

DEZEM, Rogério. *Matizes do “amarelo”*: a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908). São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005. 312p.¹

MARCELO DA SILVA ARAÚJO*

O livro de Rogério Dezem é uma dessas obras que alimenta um tema desde há muito discutido em razão de sua importância para a constituição de nossa história. Seu diferencial, entretanto, é que ele ilumina sua gênese, isto é, centra-se no processo de formação da imagem estigmatizante dos orientais no Brasil, durante os debates sobre imigração que envolveram políticos, intelectuais e a elite econômica do século XIX imperial, para substituir o braço escravo. Este foco de pesquisa na questão da estigmatização, penso, aproxima a obra de um viés antropológico, na medida em que as imagens sociais forjadas sobre estes imigrantes passam a corporificar práticas e atitudes que pavimentam o lugar do oriental tanto no pensamento social e acadêmico brasileiro quanto junto ao público em geral, reproduzindo as elaborações conceituais sobre aqueles.

Historiador de ofício e sem parentesco oriental, o autor foi, ainda graduando, monitor e estagiário do Proin/USP, interessando-se desde então pelo surgimento e atuação do Shindo Renmei, movimento nacionalista engendrado por imigrantes japoneses no contexto das privações sofridas pelas ações xenófobas do governo Vargas. Pesquisando o período e este cenário, achou instigante o fato de que, se este momento foi o ápice das políticas institucionais repressivas, havia então um *gap* que

* Mestre em Artes Visuais (PPGAV/UFRJ, 2003) e doutorando em Antropologia pelo PPGA/UFF. E-mail: marc.araujo.tj@gmail.com – Universidade Federal Fluminense – Brasil.

¹ Apesar de ter sido publicado em 2005, o interesse do livro resenhado repousa na originalidade do tema discutido pelo autor e de sua excelência, o que faz da obra uma importante contribuição para o entendimento do processo imigratório que colaborou na formação do povo brasileiro.

merecia investimento: afinal, quando e sob que formas tais ações teriam se originado no plano das elaborações mentais?

Com essa questão norteadora, Rogério Dezem perscruta diversos materiais com a finalidade de esclarecer os mecanismos de funcionamento das “representações coletivas (in)conscientes no Brasil” (p. 37) acerca do amarelo, em especial o japonês. Seu propósito declarado é o de reconstituir o discurso filo e antinipônico, procurando compreender como ele interferiu na formação do imaginário coletivo no contexto da Belle Époque (1870-1914). Tais materiais, plurais e complementares entre si, compõem-se de fontes literárias, discursos parlamentares e documentos governamentais, além da caricatura para reconstituir o processo de construção dos caminhos trilhados pelo imaginário brasileiro sobre o tema e, conseqüentemente, da imagem estigmatizada do japonês e mais amplamente dos orientais.

Assim, cabe reforçar que, apesar de o objeto do autor direcionar-se à questão do imigrante japonês (ou, como ele próprio define, na página 29, à “Questão Japonesa”), sua lupa possibilita um recuo até o início do século XIX, resgatando o conhecido evento da chegada dos 300 chineses que vieram de Macau para trabalhar nas plantações imperiais de chá do Jardim Botânico e da Fazenda de Santa Cruz. Experiência desejada por D. João VI, ela malogrou devido aos maus-tratos dispensados aos agricultores (que, na verdade, não tinham muita experiência no ramo), mas também às condições inadequadas da terra para esta empreitada (ARAUJO, 2011, p. 523). Esta experiência iniciática da imigração chinesa funcionou como uma ponte, pois fortaleceu, entre as elites econômicas, um poderoso discurso antichinês, prévia do discurso antinipônico. Optando por investigar a *gênese* desse discurso, tendo em vista a densidade da documentação que cobre o período de 1878 a 1908, o primeiro argumento-chave utilizado pelo autor é o de que já existia, antes mesmo de os japoneses aqui aportarem, ainda que indefinida, a imagem do “perigo amarelo” no universo mental de nossa elite político-econômica. Tal definição se consolidará, *de direito*, entre 1942 e 1948, como comenta na página 34.

Sem nunca terem sido considerados trabalhadores do quilate dos europeus – estes tidos como real alternativa civilizatória e por isso unanimemente pretendidos pelos cafeicultores para a gradativa substituição do braço escravo –, os chineses e japoneses eram vistos como “raças degeneradas do oriente [e] sorte de lepra humana”, cuja presença, de acordo com o cronista francês Charles Ribeyrolles, inundaria o Brasil de “famílias mescladas e bastardas que não constituem um povo” (p. 51). Os intensos debates parlamentares e as profusas propagandas pró e contra tais imigrações que tiveram lugar entre os brasileiros ilustrados são recolhidos com maestria

por Dezem, que apresenta o preconceito e o etnocentrismo formatados na exclusão por representação estigmatizante, por denegação ou desconhecimento, na angústia coletiva ou ódio atávico como emblemas de um tempo em que as legislações ou inexistiam ou reafirmavam a diferença, negando até mesmo o mais elementar direito de um ser humano: a sua própria humanidade.

No capítulo 1, o autor aborda os discursos que dão suporte aos projetos e debates em torno da substituição de mão de obra negra escrava a partir da década de 1850, acompanhando as sucessivas legislações que formatam o advento da Abolição da Escravatura, em 1888. Com o intuito declarado de “reconstituir o contexto histórico da derrocada do Império e da consolidação da República” (p. 47) que propiciou debates sobre a vinda de trabalhadores e colonos de origem asiática para o Brasil no último quartel do século XIX, destaca que não houve, tanto num quanto noutro regime, unanimidade em relação à conveniência ou não da introdução destes imigrantes. Esta análise nos proporciona, através do resgate dessa movimentação parlamentar e dos posicionamentos das elites econômicas do período, a noção de “problema nacional”.

Corporificado pelos fazendeiros, pensar a nação colava-se e equivalia imediatamente a pensar a permanência de seu lugar no cenário econômico, bem como civilizar o Brasil, embranquecendo-o e introduzindo nele o refinamento cultural tido como necessário. Secundarizava-se ou mesmo rechaçava-se a participação dos nacionais como potencial mão de obra, vendo nos imigrantes amarelos um lamentável mal do qual não se podia – temporariamente pelo menos – escapar na transição entre os sistemas de trabalho. Tomando de empréstimo a equação projeto-metamorfose (VELHO, 1994), o projeto de nação vislumbrava o europeu, branco, ocidental e “culturalmente superior” – e, portanto, mais caro –, porém, enquanto concretização, metamorfoseava-se na opção barata e pouco fiscalizada (no que tange à observância dos direitos) na importação dos indesejáveis amarelos.

Assim, a despeito de algumas lacunas, como a ausência, nas referências bibliográficas, de obras mencionadas nas notas de rodapé das páginas 54, 55 e 56, e a adjetivação como *falsos* os argumentos étnicos e religiosos “adotados como *signos* que permitem distinguir os indivíduos e os grupos entre si (nós e os outros)” pela delicadeza que implica, em Antropologia, a determinação do que é “falso” e do que é “verdadeiro”, o segundo argumento-chave de que o autor se utiliza é o de que os estereótipos ligados ao chinês, em sua maioria de cunho depreciativo, tratam de “expressões que não serão encontradas posteriormente nos discursos formulados contra

o japonês”. Palavras como “*indolentes e indisciplinados*” praticamente não farão parte do discurso antinipônico, no qual se apresentarão justamente o oposto, a qualidade/estigma de “*trabalhadores e excessivamente disciplinados*” (p. 56, grifos no original).

No 2º capítulo, eminentemente historiográfico, o autor faz um resumo da situação do Japão a partir de sua reabertura ao Ocidente, em 1854, destacando os motivos que rapidamente transformaram o “país das cerejeiras”, como era jocosamente conhecido no exterior, em potência ascendente no século seguinte, cuja marca expansionista é o feito de ter derrotado a China, em 1895, conquistando territórios estratégicos no Pacífico, e a Rússia, na Guerra Russo-Japonesa, em 1904-1905, sedimentando sua posição.

Tais transformações, resultantes do próprio colonialismo europeu, depois foram vistas “pelos olhos do Ocidente” ao mesmo tempo “com *admiração* (japonismo) e *apreensão* (perigo amarelo)” (p. 43, grifos no original). O argumento da “missão civilizadora” do Ocidente, moldado em grande medida pela doutrina do darwinismo social e pelo etnocentrismo, largamente utilizado durante aquele século como justificativa para o imperialismo capitalista, qualificava o Japão como um país de costumes exóticos e de povo estranho. Ademais, talhando-o, pelo suposto hábito de ostentar um permanente sorriso, de dissimulados (o que, no Brasil, garantiu a pecha estigmatizante de “sorriso amarelo”), forma simbólica de depreciá-lo em face da sua não submissão política plena. Deste modo, o “perigo amarelo” ressaltado pelo autor como linha mestra da gênese da negativa conotação racial tem no expansionismo japonês e na real ou virtual ameaça que isso significava para os Estados Unidos e a Europa a sua explicação velada.

No capítulo seguinte, Rogério Dezem se vale da comparação dos processos de migração de chineses e japoneses entre países do continente americano, a fim de verificar como foram formulados os discursos contra o imigrante amarelo. Para tanto, ele aponta a especificidade do imigrante japonês sobre o chinês na consideração social diante da derrota sino-japonesa de 1895 e à própria postura dos imigrantes chineses quanto à adaptação: o Japão era tido como nação superior, ao mesmo tempo que os japoneses eram considerados inferiores aos chineses como mão de obra.

Em muitos países da região tornou-se evidente, a partir do início do século XX, a diferença entre os “amarelos”: ao chinês, atribuía-se o papel de servir o homem branco e, também, aos que se autodenominavam os “brancos da Ásia” (p. 119), os japoneses. Como afirma Dezem, é uma constante no pensamento japonês até hoje, embora não tão manifestado, o de ser “diferente dos outros povos da Ásia” (p. 177), de estarem, por assim dizer, mais próximos da raça branca e mais distantes da raça

amarela. Por fim, um argumento importante do capítulo é a constatação de que havia a “proteção” do governo japonês com relação aos seus imigrantes. Visto como os “embaixadores mundo afora” (p. 181), além de se posicionarem como representantes de uma nação que se consolidava e se tornava reconhecida como potência, também buscavam, enquanto raça, o reconhecimento ocidental.

O capítulo 4 traça, nas palavras do autor, “um breve perfil da nascente *intelligentsia* nacional, suas certezas e seus dilemas” (p. 43). Ele reúne, ao discutir o pensamento social, a contribuição e o posicionamento de reconhecidas autoridades, como Silvio Romero, Oliveira Lima, Joaquim Nabuco, entre outros, para demonstrar não as visíveis incoerências, já que criticavam o latifúndio e a escravidão mesmo sendo oriundos de famílias cujas atividades eram ou tinham sido essencialmente agrárias apesar de encontrarem-se, ao mesmo tempo, dependentes das hierarquias que queriam combater, ocupando cargos públicos para os quais eram nomeados por interferência de elementos da oligarquia, mas a heterogeneidade, pois mesmo guardando basicamente uma semelhante trajetória de formação, nos mesmos centros de saber europeus, o entendimento dissonante da questão separava-os, com, entretanto, a concepção da inferioridade do amarelo como elemento que a todos perpassava.

Esta *intelligentsia* nacional, ambientada e colonizada que estava nas teorias e conceitos dos pensadores europeus (dentre os quais J. Blumenbach, J. Prichard, P. Broca, E. Haeckel, J. A. Gobineau, F. Galton etc. podem ser citados como os mais lidos), buscava, pois, nos seus modelos interpretativos, a explicação para o que lhes parecia a “anomalia da realidade brasileira” (p. 222), explicação que não eram capazes de encontrar domesticamente. Deste modo, o capítulo tem por atribuição situar o debate sobre o tema que se desenrolava nos cafés, no parlamento etc. e que de alguma forma se infiltrava como problemática obrigatória no cotidiano da Corte e da capital brasileiras.

No quinto capítulo e nas considerações finais, o autor trabalha sinteticamente opiniões e imagens sobre o Japão e o povo japonês que moldaram-lhe a imagem nas revistas ilustradas de então. Transformando detalhes em eixos explicativos, retoma a proposta inicial de reconstituir o processo histórico que culminou com a estigmatização do japonês como cidadão indesejável, através do discurso antinipônico veiculado, para compor a raça e a nação brasileiras em meados do século XX, a partir da 2ª década do mesmo.

Para relevar a figura do japonês, Dezem não desconsidera seu contraponto oriental, lembrando que os estereótipos relacionados ao *chim* (como era popularmente chamado o imigrante chinês):

[...] materializaram uma imagem *negativa* desse elemento, que, além de ter sua figura associada “às tranças”, foi sempre lembrado como “viciado em ópio”, “ladrão de galinhas”, “pouco higiênico”, “civilizadamente atrasado”, “supersticioso”, “racialmente inferior” etc.[...] (p. 240, grifo no original)

De acordo com o autor, a década de 1890 é o momento de virada, na perspectiva do imigrantismo, para a imagem social de chineses e japoneses. Até aí eles ainda eram vistos como *iguais* pelo simples motivo de “pertencerem à raça amarela” (p. 290); porém, a partir deste momento, o japonês passou a ser opção imigratória.

Em suas conclusões, Dezem argumenta que, antes de vir para o Brasil, “o japonês era visto e idealizado como *japonês do Japão* [e] após sua chegada [passa] a ser visto como *japonês do Japão no Brasil...*” (p. 242-243, grifo no original). E afirma ainda que o imigrante japonês se apresentava como elemento que, sob esse novo ângulo, deveria se “moldar à realidade nacional”, integrando-se e diluindo-se, enquanto etnia, em meio à população nativa. Dever-se-ia “evitar qualquer forma de pluralismo cultural, assinalando-se por inteiro a identidade do ‘outro’; estrangeiro” (idem). Como resultado, conhecia-se o Japão mas não os japoneses, engendrando-se, conforme já adiantei, aquilo que poderia ser descrito como *japonismo* (p. 258): idealização do japonês por seus atributos exóticos ou exotizados.

Conclui-se, pela existência de imagens contraditórias sobre a nação e o povo japonês (positivas) e sobre os imigrantes japoneses (negativas), que se deve ao discurso brasileiro sobre esta imigração aquilo que, de acordo com Lesser (2001, p. 38), combinava “o medo social da ‘mongolização’ com o desejo de imitar o desenvolvimento econômico e social daquele país’”.

Finalizo atentando, em linhas gerais, para as vertentes racial e política surgidas da análise do discurso que Rogério Dezem intenta construir. Ao se basear em fontes públicas de opiniões e de resoluções institucionais, delinea a “‘construção’ da imagem do imigrante japonês [e oriental mais amplamente], sem perder de vista o propósito de também investigar a gênese do discurso nipônico no Brasil” (p. 47). Um discurso racial em que as teorias que o alimentam e embasam eram sofisticadamente adaptadas ao sabor dos diversos interesses em jogo, gerando uma mentalidade que “persistiu nos discursos racialistas que circulavam no Brasil até a década de 1930” (p. 95). A necessidade que as sociedades têm de identificar o

“inimigo” deve-se ao fato de que é através dessa construção permanente do outro que a elite política articula suas estratégias de ação, reafirma sua consciência como grupo, reforça sua solidariedade interna e planeja sua continuidade no poder.

Ofertando, talvez não conscientemente, uma interlocução entre História e Antropologia, o texto de Rogério Dezem em muitos momentos faz lembrar certo argumento de Evans-Pritchard.² Para este autor (1978, p. 50), é difícil estabelecer uma clara distinção teórica entre História e Antropologia Social, posto que para se ter “um conhecimento inteligente de um fenômeno complexo devemos conhecer não somente o que é, mas também como chegou a sê-lo”. A história de um povo é importante porque forma parte do pensamento dos homens vivos e, em consequência, da vida social que pode ser observada diretamente pelo antropólogo.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, M. S. Chineses no Brasil: gerações, história e representações no Rio de Janeiro. In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA: ESTADO, PODER E VIOLÊNCIA UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA, 8., São Gonçalo. *Anais...*, 2011,.. 519-530.

EVANS-PRITCHARD, E. E. Antropología e história. In_____: *Ensayos de antropología social*. Madrid: Siglo XXI, 1978. p. 42-68.

LESSER, J. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: EdUnesp, 2001. 344p.

VELHO, G. *Projeto e metamorfose*. Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 137p.

² Para acentuar ainda mais a importância da história, Evans-Pritchard (idem) lembra que este contraste entre o que faz o antropólogo e o que faz o historiador só é válido quando aquele se limita ao estudo de uma sociedade em um momento particular. Porém, quando o antropólogo estuda o desenvolvimento social através de um longo período de tempo, essa distinção ou fronteira se esvai.

